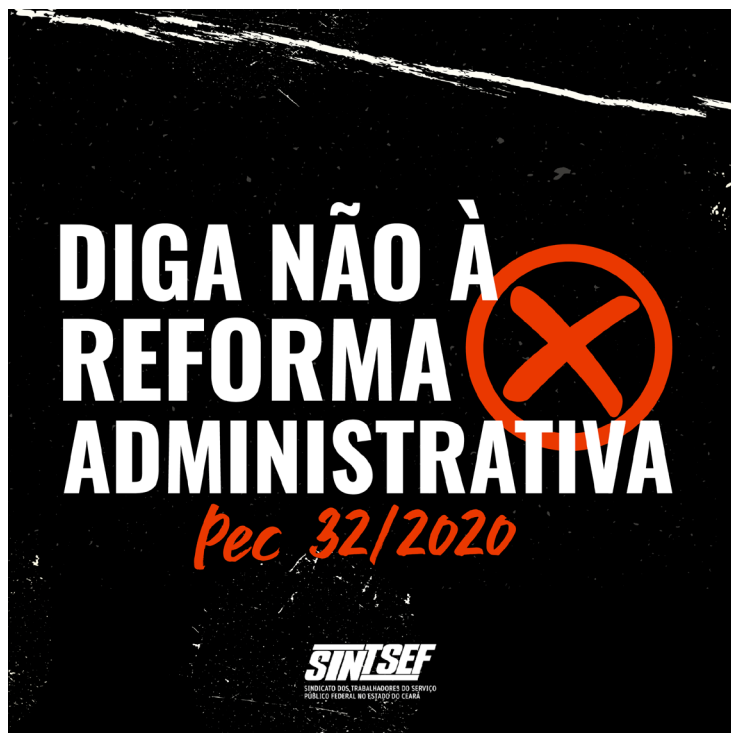




## REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32/2020) É APROVADA NA CCJ DA CÂMARA!



Em votação na CCJ, a proposta foi aceita, agora deve ser analisada por uma comissão especial e pelo Plenário da Câmara para depois ser votada no Senado. **Por isso, a nossa mobilização deve continuar. Todos os brasileiros serão afetados com a reforma que vai desmontar o serviço público no país!**

**Fique por dentro dos impactos para os atuais servidores públicos**

- fim do Regime Jurídico Único
- fim da estabilidade no emprego;
- fim da progressão e da promoção com base apenas em tempo de serviço e torna obrigatória a vinculação com a avaliação de desempenho;
- fim da licença-prêmio, licença assiduidade ou por tempo de serviço;
- fim das cotas de cargos que deveriam

ser ocupados apenas por servidor(a) de carreira;

- permite que, por motivação político-partidária, comissionadas e comissionados sejam destituídos, mesmo que tenham ingressado via concurso;

- amplia a atuação dos cargos de livre provimento em funções estratégicas, técnicas e gerenciais;

- Acaba com o Regime Jurídico Único;

- Dá plenos poderes ao presidente da República para extinguir, por decreto, cargos, planos de carreiras, colocar servidor em disponibilidade e extinguir órgãos, inclusive autarquias;

- Impossibilita reajustes salariais, pois coloca como referência o salário dos novos servidores e servidoras. Como o salário de ingresso será reduzido, legitima o congelamento salarial, sob alegação de disparidade;

- Veda a redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração, exceto se decorrente de limitação de saúde.

### Quais carreiras terão direito à estabilidade?

A reforma recria o entendimento de “cargo típico de Estado”, adotado na ditadura civil-militar, para diferenciar servidores(as) que continuariam a ter estabilidade. Os critérios para determinar o que são “cargos típicos de Estado” serão estabelecidos por lei complementar. Tal medida pode significar o desmonte da estrutura de serviços públicos essenciais, como saúde e educação, que não estarão protegidos. Porque a PEC institui cinco modalidades de contratação, onde somente uma teria estabilidade, todas as outras ficarão sem esse direito. (Confira mais detalhes em nosso site)

Para barrar esse desmonte promovido por Bolsonaro e Paulo Guedes precisamos pressionar os deputados federais e senadores! É hora de gritar quem votar não volta. As próximas eleições estão aí, vamos juntos cancelar essa reforma!!